

RELAÇÕES DE PATERNALISMO NA FÁBRICA DE TECIDOS DO BIRIBIRI 1876/1895.

Kátia Franciele Corrêa Borges

Resumo:

Este artigo faz parte de um estudo realizado para o projeto de doutoramento intitulado “Mulheres operárias: gênero, poder, disciplina e trabalho na Fábrica de Tecidos do Biribiri (Diamantina/MG)”. Trata-se de um recorte que visou compreender o contexto da fundação da Fábrica de Tecidos do Biribiri e as ações do seu fundador o Bispo Dom João Antonio dos Santos. Partindo de análises bibliográficas constatou-se que as ações deste bispo fundamentou-se no paradigma do discurso paternalista vigente do século XIX. Percebeu-se assim que o novo se manifestou através da fábrica, mas quem estaria por trás desse novo seria a ordem antiga. Ou seja, os antigos senhores de escravos que, por sua vez, criaram novas relações de dependência. Deste modo, a abordagem adotada foi qualitativa.

Palavras-chave: fábrica, Bispo, discurso paternalista e mulheres operárias.

Paternalism relations in the Biribiri textile fabric 1876/1895.

Abstract:

This paper is part of a study for a PhD project entitled "Women workers: gender, power, discipline and work in the Biribiri Textile Factory (Diamantina / MG)." This is a cut that aimed to understand the context of the Biribiri Textile Factory foundation and the actions of its founder Bishop João (John) Antonio dos Santos. Starting from bibliographic analysis it was found that the actions of this bishop was based on the present paternalistic discourse paradigm of the nineteenth century. It can be seen that the new is manifested through the factory, but who was behind this new would be the old order. That is, the former masters of slaves who, in turn, created new dependency relationships. Thus, the approach adopted was qualitative.

Keywords: factory, Bishop, paternalistic discourse and working women.

Área Temática: **1. História Econômica e Demografia Histórica**

Introdução

A indústria têxtil em Minas Gerais surgiu em meados do século XIX. A maior parte de mão de obra utilizada neste tipo de indústria foi feminina. Outra característica foi a formação de vilas operárias em torno do empreendimento fabril. Estas vilas, semelhantes aos modelos das fábricas européias e americanas, representaram um espaço de disciplinamento da massa operária emergente (GIROLETTI, 1991).

Segundo Dulci (2013) os períodos que vão de 1868 ao fim do século XIX 29 fábricas têxteis foram fundadas em Minas Gerais. A Fábrica de Tecidos do Biribiri, objeto deste estudo, foi fundada em Diamantina/MG no ano de 1876, pelo Bispo Dom João Antonio Felício dos Santos e sua família com a razão social Santos & Cia.

A cidade de Diamantina/MG se formou no período colonial devido à extração do ouro e diamantes. Em meados do século XIX já se destacava como importante entreposto comercial (MARTINS, 2014). Tendo sido escolhida como sede do segundo Bispado de Minas Gerais, Diamantina ganhou destaque na região Norte. E não tardou Dom João Antonio dos Santos, primeiro bispo residente nesta cidade, se tornou autor de uma série de mudanças sociais, políticas e econômicas empreendidas na região.

O Bispo chamou à atenção dos historiadores Santos (2003), Fernandes (2005), e Oliveira (2011) que escreveram dissertações analisando partes de suas ações. Santos (2003), por exemplo, afirmou que ele comandou um importante projeto moralizador na região. Para Fernandes (2011) Dom João foi um importante empreendedor, não só social como também político e econômico. Já Oliveira (2011) declarou que este esteve por traz das principais ações abolicionistas no local atuando na compra e no incentivo da concessão de cartas de alforrias para os escravos (OLIVEIRA, 2011).

Contudo, este artigo propôs analisar o contexto no qual ocorreu a formação da Fábrica de Tecidos do Biribiri em Diamantina/MG e as relações sociais ali estabelecidas. Para tanto, o recorte temporal foi de 1876 a 1895. Neste período, os estudos relacionados acima apontam que houve uma participação ativa do Bispo nos negócios da fábrica. Não obstante, para compreender a Diamantina de meados do século XIX, fez-se necessário também analisar parte do contexto do século XVIII, momento em que o local surgiu no cenário colonial com o nome de Arraial do Tijucu.

Materiais e métodos

O presente estudo trata-se de um recorte do projeto de doutorado intitulado *Mulheres operárias: gênero, poder, disciplina e trabalho na Fábrica de Tecidos do Biribiri (Diamantina/MG)*. Por se tratar de um estudo em andamento optou-se neste artigo pelo uso da metodologia de análise bibliográfica. Onde se buscou dialogar com estudos dissertativos, textos de memorialistas e artigos científicos publicados entre os períodos de 1977 a 2015.

Diamantina: um breve contexto histórico (séculos XVIII/XIX)

Diamantina/MG, inicialmente denominada de Arraial do Tijuco, se desenvolveu mediante a exploração da mineração aurífera e dos diamantes no decorrer do século XVIII. A elevação do Arraial do Tijuco a categoria de vila, com o nome de Diamantina ocorreu em 1831 e a criação da cidade do mesmo nome em 1838.

De acordo com Furtado (2003, p.30) após a demarcação do distrito diamantino e o anúncio oficial acerca da descoberta de diamantes “foi necessário organizar a exploração e a cobrança de impostos”. As lavras produziram riquezas e os valores cobrados pelos diamantes variavam conforme a raridade das gemas. A exploração foi aberta á aqueles que possuíam escravos. “Os diamantes eram enviados anualmente a Lisboa em caixas pequenas e depositados na “Casa de Moeda” (FURTADO, 2003, p.35).

Ainda de acordo com Furtado (2003, p.39) o Arraial do Tijuco, observado de longe, “parecia um pequeno presépio, devido à simplicidade e à rusticidade das casas e capelas, construídas em taipa e pedra”. E com aumento do arraial, multiplicaram as construções. O Tijuco era um agrupamento grande para os padrões da época.

Em meados do século XIX, em visita a região, o inglês Richard Burton descreveu o seguinte:

A localização de Diamantina é peculiar: para leste e sudoeste, o terreno é extremamente alcantilado, ao passo que ao norte é uma continuação das terras onduladas do campo. A incipiente “Haute Ville” é a melhor e mais saudável localidade, e aqui a povoação se espalhará. [...]. Visto do “Alto da Cruz”, a cidade apresenta um aspecto de prosperidade. Mudou muito, depois de 1801, quando era o “Arraial do Tijuco” e só contava com casas de pau-a-pique (BURTON, 1977, p.87).

As observações realizadas por Richard Burton confirmam que Diamantina/MG era uma vila em plena prosperidade. O lugar era próspero porque de acordo com Martins (2015, p.1) “a “economia do diamante” propiciou a formação de circuitos comerciais relevantes, ao mesmo tempo em que possibilitou esforço de diversificação das atividades produtivas”.

Não obstante, no século XIX, mudanças ocorridas na Europa, sobretudo, na chamada “era das revoluções” aceleraram o processo de independência das colônias latino-americanas. No Brasil, recém-independente coexistia, de um lado, a monarquia e a escravidão; e, de outro, as ideias iluministas que defendiam o liberalismo econômico. Em Diamantina/MG, houve a primeira crise do diamante em função da oferta ser maior que procura. Segundo Fernandes (2005, p.52) “especificamente na região Diamantina a produção continuou ativa até o final da década de 1860”. Depois o preço do diamante despencou em virtude da descoberta das jazidas de diamantes na África e da Guerra Franco-prussiana que desestabilizou o mercado da França principal consumidor do diamante extraído de Diamantina.

Fernandes (2005, p.51) ainda informa que, ao lado das atividades mineradoras existiam outros setores como: “a fabricação dos panos grossos de algodão, forjas de ferro, fábricas de chapéu, selarias, e um significativo setor produtor de alimentos”. De acordo Martins (2014), na transição do século XIX para XX, já existia um intenso comércio articulado por tropeiros procedentes de diversas partes do norte de Minas Gerais como mostra o mapa a seguir:

FIGURA 1: Mapa - Norte de Minas - Área sob influência de Diamantina nos Oitocentos

Fonte: Martins (2014, p.109)

O circuito comercial apresentado por Martins (2014) no mapa acima, mostra que embora abalada pela crise do comércio de diamantes a cidade de Diamantina diversificou-se e na virada do século XIX para o século XX se tornou “destino de negociantes e tropeiros provenientes

de diversas áreas do Norte de Minas Gerais” (MARTINS, 2014, p.108).

Ainda segundo Martins (2014) nos diversos estabelecimentos comerciais de Diamantina os agentes mercantis do Norte cuidavam de estreitar relações comerciais e viabilizar transações, amizades e alianças políticas. O autor ressalta também que tanto as notícias como as mercadorias vindas da capital do país chegavam à região por meio das tropas de muares, isso ocorreu até os anos de 1900. E quem mais se beneficiou com estas atividades econômicas foram os ex- exploradores das minas que durante a crise procurou atuar em diversos setores econômicos. Assim segundo o autor:

No comércio diamantinense do período de 1870 a 1920, o que salta aos olhos é a diversidade de tipos e dimensões econômicas das empresas constituídas na cidade. Havia lojas e armazéns para todo tipo de freguês, rico ou pobre, simples ou de gosto refinado. E existiam algumas sociedades mercantis que adquiriram bastante destaque (Martins, 2014, p. 110).

Portanto, as relações mercantis presentes em Diamantina/MG na segunda metade do século XIX refletem um período de mudanças não só econômicas como também sociais.

No plano espiritual, o catolicismo se fazia presente. A princípio durante o período colonial, a coroa proibiu a instalação das ordens religiosas em Minas Gerais. Segundo Furtado:

Os clérigos e seus afiliados foram impedidos de entrar na região, pois, segundo as autoridades metropolitanas, eram responsáveis por boa parte do contrabando de ouro e só podiam entrar quando em peregrinação para a coleta de donativos, mas, ainda assim, dependiam da licença régia. A construção de igrejas e a realização dos cultos e outros ritos cristãos, para os quais se contratavam párocos, foram levadas ao cabo pelas irmandades compostas por leigos, reunidos em virtude da devoção de algum santo (FURTADO, 2003, p.40).

A licença régia, que Furtado (2003) se refere, foi estabelecida pelo Regime de *Padroado* vigente em Portugal. Conforme a Kantor (2009, p.230) “as prerrogativas do exercício do Padroado ultramarino exigiram estratégias de controle marcadamente legalistas por parte das autoridades régias”. Ou seja, a construção de Igrejas por parte dos leigos poderia significar “enfrentamentos e acomodações políticas entre as diferentes esferas de poder – local, judicial, militar e eclesiástico – na capitania mineira” (KANTOR, 2009, p.230). Sendo assim, o bispado de Mariana foi criado em 1745 instituído pela bula *Candor Lucis Aeternae*. Antes disso, o território estava sob a jurisdição do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco (KANTOR, 2009).

Com o advento da Independência do Brasil a Constituição 1824 estabeleceu no Artigo 5º que:

A Religião Catholica Apostolica Romana continuará a ser a Religião do Império. Todas as outras Religiões serão permitidas com seu culto domestico, ou particular em casas para isso destinadas, sem forma alguma exterior de Templo.

Assim o Catolicismo continuou a ser a religião oficial do Brasil. O *Regime de Padroado*, praticado por Portugal, também foi estendido aos Imperadores do Brasil. Em Minas Gerais, Diamantina tornou-se sede do segundo Bispado da Província. A Diocese de Diamantina foi criada pela *Bula Pontificia Gravissimum Sollicitudinis* do Papa Beato Pio IX, no dia 06 de junho de 1854, tendo sido desmembrada da Arquidiocese de São Salvador, na Bahia, e da Arquidiocese de Mariana. Esta foi uma das doze primeiras Dioceses do Brasil, criadas no tempo do Império.

Devido ao regime de Padroado para se criar uma Diocese, era necessário um Decreto do Imperador. Assim a Diocese de Diamantina/MG foi autorizada pela Lei Civil, nº 673, de 10 de agosto de 1853, sendo executada em 1854. Ou seja, o Imperador, através do *Beneplácito Régio* instituiu a segunda Diocese no território de Minas Gerais.

Santos (2003) informa que a criação do Bispado de Diamantina mudou significativamente o papel da Igreja Católica na região ao visar garantir, com maior eficiência do que no período colonial, a prática da moral e os bons costumes. Para a autora:

Muito embora o Bispado de Diamantina tenha sido desmembrado da diocese de Mariana naquele ano, somente nove anos depois seu primeiro Bispo residente foi nomeado. D. João Antônio dos Santos assumiu o Bispado de Diamantina em 1863, quando passou a residir nesta localidade, intensificando sua atividade pastoral sobre o clero e os fiéis. A partir de então, o clero local se tornou mais presente no dia-a-dia da população e pôde controlar com mais eficácia a moralidade pública e as relações familiares (SANTOS, 2003, p16).

Cabe ressaltar que Dom João Antonio dos Santos nasceu em 1818 na região do Rio Preto, próximo a Diamantina/MG. Segundo Martins:

A família Felício dos Santos transferiu-se do Serro para Diamantina no início do século XIX. Antônio José dos Santos, casado com Maria Jesuína da Luz, foi encarregado da Real Fundição de Ouro da Vila do Príncipe. O casal teve seis filhos: João Antônio dos Santos (1818-1905), o primeiro bispo de Diamantina; Antônio Felício dos Santos (1815-1897), comerciante de diamantes, revolucionário de 1842; Joaquim Felício dos Santos (1828-1895), autor das *Memórias do Distrito Diamantino* e do *Projeto do Código Civil*, advogado, jornalista, deputado geral e senador; Maria Silvana, casada com Josefino Vieira Machado, Barão de Guaicuí (1814-1879); Silvana Maria, consorte de Pedro de Alcântara Machado, revolucionário de 1842, deputado e mais tarde diretor do Banco do Brasil; e Feliciano Amador dos Santos, explorador de diamantes (MARTINS, 2015, p.19).

Não obstante, Fernandes (2005) assegurou que Dom João Antonio dos Santos ainda na mocidade se mostrou inclinado para vida religiosa. Assim sua família o mandou estudar em Congonhas do Campo sob a direção do Bispo Dom Viçoso de Mariana, o qual influenciou fortemente a sua vida religiosa.

O viajante Burton (1977) narrou seu encontro com Dom João:

O Excelentíssimo Dom João Antonio dos Santos, do Conselho de S. M. I., é um ex-aluno do Seminário do Caraça; naturalmente, favorece, em detrimento da Propaganda de Lyon e dos Capuchinhos de Roma, São Vicente de Paulo, que deve se ver abarbadado para atender todos os pedidos que lhes são feitos. O Bispo é um homem de cerca de quarenta anos com voz e modos gentis (BURTON, 1977, p.91).

Ao fazer referências a propaganda de Lyon, Capuchinhos de Roma e São Vicente de Paulo, Burton (1977) possivelmente esteja mencionando os preceitos empreendidos pela *Romanização do Catolicismo* ou *Catolicismo Ultramontano*, do qual, Dom João Antonio dos Santos seria adepto. A Romanização do Catolicismo ocorreu a partir da segunda metade do século XIX, tinha como objetivo combater o processo de secularização e laicização consequente do Iluminismo e materialismo filosófico. Outro objetivo também seria combater algumas práticas culturais, sobretudo, brasileiras, compreendidas pelo Vaticano como superstição, ignorância religiosa e primitivismo cultural. Os reflexos dessa *Romanização* no Brasil podem ser perceptíveis no aumento da quantidade Dioceses; no crescimento das ordens missionárias que aqui desembarcaram para fundar colégios; e, na disseminação do catecismo católico mediante a distribuição de cartilhas romanas (BORGES, 2013; SOUZA, 2003).

Burton (1977, p.91) ainda informa que encontrou o bispo no momento em que o mesmo estaria empenhado numa “discussão com M. Mirville sobre o magnetismo (não o de Fraday) e não apoiou M. Sipolis, quando este último me provou que as mesas rodando e arranhadas eram obras dos espíritos do mal”. Ou seja, o Bispo Dom João Antonio dos Santos, sendo um discípulo de Dom Viçoso (Bispo de Mariana) e defensor do *catolicismo ultramontano*, estaria se opondo as *crendices populares* presentes até entre os membros da sua própria igreja. Isto era, contudo, uma das tarefas dos adeptos desse processo da *romanização*.

Assim, devido a sua formação ultramontana Dom João Antonio dos Santos ao regressar a Diamantina promoveu uma série de mudanças no local, sobretudo, no que diz respeito às questões do trabalho escravo. De acordo com Oliveira (2011) a Igreja de Diamantina, na pessoa do então Bispo, esteve presente nas principais ações abolicionistas do cenário norte mineiro. Essa informação também está presente no trabalho Fernandes (2005, p.109) que informa o seguinte: em Diamantina o Bispo empreendeu uma forte campanha abolicionista reduzindo a população escrava “entre 1872 e 1887 de 8.005 cativos para 2.005, pelo livro de matrículas”.

Todavia, Fernandes (2005) afirmou que o Bispo Dom João Antonio dos Santos, em meio a promoção do processo abolicionista, também se preocupou com a *formação moral dos livres* que naquele momento se encontravam ociosos. Assim fundou sociedades beneficentes de ajuda e os educandários o Ateneu São Vicente de Paulo, o Seminário Episcopal, o Colégio Nossa Senhora das Dores. Aos dois primeiros coube a educação masculina, enquanto o último a educação feminina.

Não obstante, a privação dos subsídios pelo governo imperial fez com o que Bispo buscasse outras fontes de renda para manutenção dos seus empreendimentos sociais. Entre as alternativas, o Bispo decidiu fundar a Fábrica de Tecidos do Biribiri que, além de gerar renda, poderia gerar empregos para *moças órfãs* que depois de cumprido o período de estudos no Colégio Nossa Senhora das Dores poderia ter emprego e moradia assegurados pelo trabalho fabril. (FERNANDES, 2005; MARTINS & MARTINS, 1993).

A Fundação da Fábrica e o discurso paternalista (1876/1895)

A fundação da Fábrica de Tecidos do Biribiri ocorreu em 1876. Segundo Lemos (1999) a fábrica foi fundada pelo primeiro Bispo Dom João Antonio dos Santos e sua família com a finalidade de sustentar as despesas do Seminário e do Colégio Nossa Senhora das Dores. Já para Martins (2015) a fundação desta fábrica estaria ligada a crise do diamante no mercado internacional. Ou seja, o Bispo Dom João Antonio dos Santos defendeu que a saída para a crise seria o investimento no setor industrial. Dessa forma, o mesmo estimulou sua família a investir na indústria têxtil. Assim:

no ano de 1876 surgiu a empresa Santos & Cia., cujos sócios eram: Major Antônio Felício dos Santos, Dr. Joaquim Felício dos Santos, Dr. Antônio Felício dos Santos (médico) e Capitão João Felício dos Santos, ambos sobrinhos do Bispo Dom João. O capital inicial da empresa era de 30 contos de réis. (COUTO, 2002, p. 302 *Apud* MARTINS, 2015, p.20).

A observação de Martins (2015) se opõe a afirmação de Lemos (1999) que argumentou que a fábrica foi fundada apenas para servir de apoio as obras sociais do Bispo. No entanto, historiadores como Fernandes (2005) e Oliveira (2011) defenderam a concepção de que Dom João Antonio dos Santos seria de fato um empreendedor social.

Para Fernandes (2005) existia um projeto de *modernização conservadora* empreendido pelas famílias de Diamantina. Estas, por sua vez, transformaram poder econômico e prestígio social em poder político. A família do Bispo, os Felício dos Santos, por exemplo, “contaram com vários membros da família como deputados, destacando-se Antonio Felício dos Santos na presidência do Centro industrial do Brasil e como juristas Joaquim Felício dos Santos e Josefino Felício dos Santos” (FERNANDES, 2005, p.129).

Ainda de acordo Fernandes (2005, p.129) o Bispo Dom João Antonio dos Santos “posicionou-se como líder e fez da Fábrica de Tecidos do Biribiri sua plataforma de influência”. Contudo, seguindo o modelo de outras fábricas fundadas na região a fábrica era constituída por uma Vila Operária contendo: Pensionato para moças – chamado de Convento; casas para os operários

casados; casa da gerência; armazém, Igreja e uma praça como confirma a Figura 2 seguir:

FIGURA 2
Foto: Vila Operária do Biribiri

Fonte: Autor Anônimo. Foto do Acervo do Museu Alexandre Mascarenhas. Estamparia S/A – Contagem/MG.

A imagem acima mostra o panorama da Vila Operária do Biribiri. Para Giroletti (1991, p.161) este modelo de fábrica com vila operária “é uma forma específica de dominação que tem por ponto estratégico o controle direto da administração da fábrica sobre a moradia dos operários”.

Cabe ressaltar que a Fábrica de Tecidos do Biribiri foi fundada no terreno da família de Dom João Antonio dos Santos, próximo a uma cachoeira para gerar a força motriz para fábrica. Isto, conforme Giroletti (1991) foi uma característica peculiar das indústrias têxteis mineiras. Assim a Fábrica de Tecidos do Biribiri se situou à 14,44 quilômetros partindo da sede da Prefeitura de Diamantina/MG.

Segundo Lemos (1999) os maquinários para esta fábrica foram adquiridos em Massachussets (EUA) e desse modo,

os equipamentos, desembarcados no Rio de Janeiro, alcançaram Juiz de Fora por Ferrovia. Chegaram à foz do rio das Velhas em lombos de burros e carroças. A carga desceu em jangadas até o rio Paraúna. Novamente conduzidos à tração animal, desembarcaram em Biribiri, após percorrerem 17 léguas de estradas construídas com esta finalidade específica. O mecânico americano Richard, que acompanhou a caravana, começou a montar as máquinas em condições adversas de trabalho. A lentidão caracterizou o empreendimento (LEMOS, 1991, p.41).

Outra curiosidade sobre a Fábrica de Tecidos do Biribiri foi que ela começou a funcionar em 1876 com 63 operários sendo: 36 moças, 18 meninos e 9 homens (LEMOS,1999). No entanto Fernandes (2005) afirmou que este número subiu para 210 operários(as) sendo 180 do sexo feminino. Também não se encontrou registros que asseguram a existência de trabalho escravo na fábrica. Fernandes (2005) informa J.C. Brauner, “professor da Stanford University (EUA) quando esteve em Diamantina e visitou Biribiri e ficou muito impressionado e solicitou dos proprietários informações sobre a “fábrica do Bispo” (FERNANDES, 2005, p. 130).

Assim, de acordo Fernandes (2005) Antonio Felício dos Santos (irmão do Bispo) informou o seguinte para imprensa local:

A Fábrica do Biribiri foi fundada em 1876. Tinha 210 empregados, sendo 180 moças. Os teares eram 110, incluindo alguns Jacard com fiação correspondente e maquinismo de algodão e enfardamento. A força motriz fornecida por uma turbina movida por grande queda d’água do Rio Biribiri. Teve logo tinturaria por vegetais e produtos químicos e rodas de lapidação de diamantes. O transporte foi feito em quase 6 meses. O que impeliu o Bispo de fundar a fábrica com capitais de seus parentes foi a supressão da subvenção que o Governo de Minas dava ao Colégio de Órfãos fundado pelo mesmo Bispo. Antonio Felício dos Santos (*apud* FERNANDES, 2005, p.13).

Ao analisar esta informação é possível imaginar a representação do Bispo como um homem *verdadeiramente santo*. Empreender um capital, usar influência de sua família para fundar uma fábrica há 14,44 quilômetros da cidade, cujas estradas tiveram que ser abertas para se chegar, apenas para sustentar suas obras sociais. Seria isso mesmo?

O período de 1850 foi marcado por uma série de acontecimentos no cenário brasileiro. De acordo com Martins (2013, p.09) com o esgotamento do escravismo a transição para o trabalho livre se tornou inevitável. Assim, “o Brasil decidiu, em 1850, pela cessação do tráfico negreiro, desse modo, abreviando e condenando a escravidão”. Outro fator que também provocou mudanças

foi a Lei de Terras, assinada naquele mesmo ano de 1850. Esta Lei, conforme Martins (2013, p.09) instituiu “um novo regime da propriedade em que a condição do proprietário não dependia apenas da condição de homem livre, mas também de pecúlio para compra da terra” (MARTINS, 2013, p. 09-). *Compreende-se assim que mesmo o escravismo caminhando para o fim*, emergiu-se um novo cativo, o da terra.

Em Diamantina/MG, ao assumir o Bispado, em 1863, Dom João Antonio Santos se viu diante dessa questão da terra. Todavia, mesmo assim empreendeu ações abolicionistas. Conforme Fernandes (2005, p.109) o Bispo em suas ações conseguiu reduzir o número de escravos de “8.005 cativos para 2.005, pelo livro de matrículas”, entre os períodos de 1872 e 1887. Neste momento, foi que o mesmo se viu diante da necessidade de criar instituições que pudessem oferecer uma *formação moral* para os livres.

Cabe ressaltar que a ideologia do Bispo operou num mundo que visava combater a secularização através da *romanização do catolicismo* e que estava em processo de transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado. Mas que, sobretudo, estava inserido num capitalismo emergente do qual sua família também fazia parte.

Sobre o cenário de Diamantina/MG em 1890 Helena Morley escreveu em seu diário:

Sexta-feira 16 de fevereiro de 1890

[...] Vóvó sempre se queixa que a Lei de Treze de Maio serviu para dar liberdade a todo mundo menos a ela, que ficou com casa cheia de negros velhos, negras e negrinhos. Ela gosta quando casa qualquer delas; dá o enxoval e uma mesa de doces (MORLEY, 1998, p. 27).

A Lei Treze de Maio foi a Lei Áurea que decretou o fim da escravidão no Brasil. Observa-se no relato da autora acima o modo como uma ex-proprietária de escravos de Diamantina tratou seus ex-cativos após a abolição. A avó da Helena Morley permitiu que os seus ex-escravos ficassem nas suas terras até o casamento, pelo menos. O mesmo não aconteceria em outros casos que após a liberdade ou concessão da carta de alforria (até 1887) ou pelo Decreto (1888) o ex-cativo poderia ficar vagando pela cidade.

Diante deste cenário a preocupação do Bispo Dom João Antonio dos Santos faria sentido? Ou seja, promover a *formação moral dos livres*?

Assim, de acordo com Fernandes (2005) o Bispo fundou obras beneficentes como o Colégio Nossa Senhora das Dores, o Seminário, e, até mesmo a Fábrica de Tecidos do Biribiri visando atender essa formação moral dos livres. No entanto em Martins (2000, p.291) observa-se que Diamantina viveu “na década de 1890 a euforia da “Belle époque”: possuía iluminação a querosene, abastecimento de água potável, calçamento nas ruas centrais [...]”, entre outros atributos. E, em outro texto, mais recente, o mesmo autor afirmou que a ideia do Bispo de fundar a tecelagem veio quando houve uma grave crise do diamante meados da segunda metade do século XIX (MARTINS, 2014).

Temos neste ponto uma dialética. Por um lado, um discurso que vê a fábrica como meio de sustentabilidade das obras sociais do Bispo. Por outro, um discurso que propõe visualizar o cenário econômico. Ambos são válidos, todavia, analisando as atitudes do Bispo através do conceito de paternalismo de Calhoun (2003) nota-se uma complexidade, uma vez que, na visão deste autor, o paternalismo está ligado a uma ótica senhorial em que a vontade do senhor é inviolável. Neste sentido, “trabalhadores e os subordinados em geral só podem se posicionar como dependentes em relação a essa vontade soberana (CALHOUB, 2003, 47).

A dependência dos (as) operários (as) da fábrica do Biribiri pode ser notada no texto de Helena Morley a seguir:

Quarta feira, 17 de maio de 1889

Chegamos hoje a Biribiri, onde passamos três dias de gozo completo. Eu não teria pressa de

ir para o céu se morasse no Biribiri. Não acredito que no céu se possa ter melhor vida do que ali. Quando eu volto de lá fico com o lugar e as pessoas na cabeça muito tempo. Estivemos conversando na mesa sobre a felicidade que Dona Mariana e o Major Antonio Felício conseguiram na terra. Eles são os donos da fábrica e a família toda é empregada ali. Matam boi de manhã e os pedaços melhores vão para as casas dos filhos e a casa-grande, que é onde mora Dona Mariana. O resto vai para o pessoal da fábrica. O lugar é lindíssimo. A casa-grande de Dona Mariana é cercada de árvores frondosas. Ela vive com a casa sempre cheia de hóspedes e todos muito bem tratados. A mesa é muito grande e cheia de comidas. Senhor Bispo fica na cabeceira de cabeça baixa e Guily pondo as coisas no prato dele. Ele não conversa nem pede nada. Nos outros lugares ficam a família e os hóspedes. De noite as moças da fábrica brincam de roda e de tudo que querem. O lugar onde elas dormem é uma casa comprida chamada de Convento [...] (MORLEY, 1998, p.54/55 -).

Quando escreveu esse texto, Helena Morley tinha aproximadamente nove para dez anos de idade, a autora informa-nos detalhes do lugar que parecem, à primeira vista, detalhes superficiais, mas que demonstram aspectos das relações sociais e de paternalismo que ali se desenvolveram.

French (2006) ao pesquisar sobre as falsas dicotomias entre escravidão e liberdade continuidades e rupturas na formação política e social no Brasil moderno, argumentou que:

os legados da escravidão africana incluem noções bem estabelecidas sobre o exercício legitimado da autoridade, hierarquias de *status* profundamente arraigadas e modelos de governança que mantiveram sua influência mesmo após seu fim (FRENCH,2006,p.78).

No texto de Helena Morley, citado acima, pode-se notar as continuidades das dicotomias descritas por French, como: a casa grande (moradia dos donos da fábrica); a parte do boi que foi destinada aos empregados da fábrica que seria *o resto*; e, o lugar onde o Bispo se assentava na mesa do jantar (“na cabeceira”). O que French (2006) denominou *dicotomias da escravidão* é possível também chamar de *cultura paternalista*. O Major e a Dona Mariana, citados pela menina, são respectivamente o irmão e a cunhada do Bispo, sócios no empreendimento. O Bispo sentar-se na cabeceira indica a hierarquia que ele ocupava naquela família e sociedade. Os operários seriam os dependentes que se alimentavam dos restos do boi, pois a melhor parte seria para a família, conforme informou as observações da menina Helena Morley. Características típicas de uma sociedade paternalista.

Chalhoub (2003) conceitua paternalismo como produção de dependência entre senhor e subordinado. Para ele as políticas de dominação que vigoravam na sociedade brasileira no século XIX podem ser compreendidas como paternalistas, mas com cautela. Assim analisa:

Em outras palavras, na ideologia do paternalismo tomada em seus próprios termos, de modo transparente, é central o sentido de encobrimento de interesses e solidariedades horizontais entre os “dominados”, “subordinados”, “dependentes” – ou sei lá o que mais, e cada um escolhe a expressão que lhe aprouver. O que interessa é notar que, em semelhante acepção, o paternalismo é apenas o mundo idealizado pelos senhores (CHALHOUB, 2003, p.61)

Mais a frente o autor explica que as práticas autônomas dos dominados (escravos ou livres) teriam sido concedidas pelos senhores com intuito de mapear ações dos outros sujeitos. Deste modo, o Bispo abolicionista promoveu a liberdade, criou instituições de ensino e beneficentes e fundou uma fábrica para gerar emprego e renda. Assim, mesmo os trabalhadores da fábrica sendo livres, eles dependeriam da proteção dos donos da fábrica para garantir seu sustento. Assim, novas relações paternalistas foram tecidas. No cenário de Diamantina/MG o novo manifestou-se através da fábrica, mas quem estava por trás desse novo era a ordem antiga, os antigos senhores de escravos.

Não obstante, o Bispo e sua família (empresa Santos & Cia) continuaram na direção da

Fábrica de tecidos do Biribiri até início do século XX. E, por volta de 1888 e 1890, devido a expansão de crédito do Governo Provisório, a fábrica passou por uma grave crise financeira. Assim, em 1895, a empresa Santos & Cia adquiriu um empréstimo de “150.000\$000 com garantias hipotecárias. Nesse mesmo ano a composição acionária já tinha presença de novos sócios” (FERNANDES, 2005, p.130). Após a morte de Dom João Antonio dos Santos (1905) o Banco Hipotecário assumiu a fábrica (1908) (FERNANDES, 2005).

Contudo, Oliveira (2011, p.12) afirmou que “Dom João Antonio foi protagonista de diversos setores da sociedade”. No entanto, é notório que a fundação da Fábrica de Tecidos do Biribiri não foi apenas um empreendimento social. Dessa maneira, a fundação desta fábrica pelo Bispo e sua família caracterizou o empreendimento como um negócio familiar. Em Minas Gerais, como já vimos às primeiras fábricas têxteis se constituiu como empreendimentos familiares (GIROLETTI,1991).

Considerações finais

Diamantina/MG teve sua formação em virtude da descoberta do ouro e dos diamantes no século XVIII sendo caracterizada como um agrupamento grande para os padrões da época. Isto fez com o que o viajante Richard Burton descrevesse o lugar como peculiar e próspero. Todavia, pesquisas de Martins (2014) demonstram que a economia dos diamantes proporcionou a região desenvolver circuitos comerciais relevantes.

No plano espiritual constatou-se que o catolicismo fez parte da formação cultural de Diamantina/MG desde os primórdios. Também observou-se que a chegada do primeiro Bispo, residente no local, provocou mudanças sociais, econômicas e políticas.

O Bispo Dom João Antonio dos Santos foi o fundador da Fábrica de Tecidos do Biribiri em 1876. O Contexto da fundação dessa fábrica foi permeado por um imaginário social de que o Bispo desejava apenas gerar renda para suas obras sociais. No entanto, o que se pode constatar foi que a família do Bispo – os Felícios dos Santos – tratava-se de uma família influente na política e na economia de Diamantina, e às vezes, até do Brasil, como foi o caso do jurista Felício dos Santos.

Contudo, as atitudes do Bispo Dom João Antonio dos Santos podem ser analisadas sob a ótica do discurso paternalista, em que o novo se manifestou através da fábrica, mas quem estava por trás desse novo foi a ordem antiga, os antigos senhores de escravos. Estes, por sua vez, criam novas relações de dependência.

Referências

ARMONIMO, Luciana, NEVES, Osias Ribeiro. *Tecendo memórias: a história da Estamparia*. Belo Horizonte: Escritório de Histórias, 2007.

BORGES, Kátia Franciele Corrêa. *Santa, Esposa-mãe e professora*. Montes Claros/MG. Editora Unimonste, 2013.

BURTON, Richard Francis, Sir, 1821-1890. *Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico*. Apresentação e notas de Mario Guimarães Ferri: tradução de David Jardim Junior. Belo Horizonte, Ed Itatiaia: São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo. (Capítulo VII – Diamantina, pp. 87 a 97). 1977.

CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis Historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

DULCI, Otávio Soares. A indústria mineira no século XIX. In: RESENDE, Maria Efigenica Lage e VILLALTA, Luiz Carlos (Org.). *A Província de Minas*. – Belo Horizonte: Autêntica Editora; Companhia do Tempo, 2013.

FERNANDES, Antônio Carlos. *O turíbulo e a chaminé: A ação do bispado no processo de constituição da Modernidade em Diamantina (1864-1917)*. Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais/Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2005.

FRENCH, John. As falsas dicotomias entre escravidão e liberdade: Continuidades e rupturas na formação política e social do Brasil moderno. In: LIBBY, Douglas Colle e FURTADO, Junia Ferreira, Orgs. *Trabalho livre, trabalho escravo: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 97 a 110.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Chica da Silva e o Contratador de Diamantes: o outro lado do mito*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

GIROLETTI, Domingos. *Fábrica, convento e disciplina*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

HESPANHA, A. M. *A mobilidade social na sociedade de Antigo Regime*. IN: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v11n21/v11n21a09.pdf>.

HOBBSAWM, Eric. *A era das revoluções (1789-1848)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KANTOR, Íris. *Ritualidade Pública no processo de implantação do Bispado de Mariana (Minas Gerais – 1745-1748)*. Proj, História, São Paulo (28), p.229-242, jun. 2004. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/download/10438/7775>> Acesso: 02/09/2015 às 20:14 hs.

LEMOS, Marcos. *O grande Tecelão*. Editora Gráfica O Lutador, 1999.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. 9 ed., 1ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2013.

MARTINS, Marcos Lobato. *Breviário de Diamantina: uma história do garimpo de diamantes em Minas Gerais (Século XIX)*. 1. ed. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2014.

MARTINS, Marcos Lobato. *Comércio, indústria e projeção regional da Diamantina oitocentista: as fragilidades do “grande empório do Norte”*. Anais do Congresso Brasileiro em História Econômica, Vitória/ ES, 2015. Disponível em <<http://www.abphe.org.br/congresso/xi-congresso-abphe>> publicação (2015.02.23).

MARTINS, Marcos Lobato. *A presença da fábrica no grande empório do Norte: surto industrial em Diamantina entre 1870 e 1930*. In: IX Seminário sobre a Economia Mineira. Diamantina: CEDEPLAR/UFMG, 2000. Anais, V. 2.

MARTINS, Júnia M. Lopes; MARTINS Marcos Lobato. *O Colégio Nossa Senhora das Dores de Diamantina e a educação feminina no norte/nordeste mineiro (1860-1940)*. In: Revista Educação.

Belo Horizonte: s/e, nº17, junho, 1993.

MORLEY, Helena. *Minha vida de menina*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

NOGUEIRA, Octaciano. *1824*. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012.

OLIVEIRA, Livia Gabriele. *A presença da igreja nas ações abolicionistas do norte mineiro: o caso do bispado de Diamantina 1864-1888*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de História. Programa de Pós Graduação em História, 2011.

RIBEIRO, Ana Sofia. A endogamia em redes mercantis da “Primeira Idade Global”. O Caso da rede de Simon Ruiz (1553-1597). *História. Revista da FLUP Porto, IV Série*, vol 2 – 2012, p. 23-40.

SANTOS, Dayse Lucide. *Entre a norma e o desejo: Estudo das tensões na vida conjugal diamantinense no processo de mudança social 1833-1933*. Belo Horizonte, UFMG, 2003. Dissertação de Mestrado.

SEABRA, Maria Candida Trindade Costa de. Toponímia do Vale: passado e presente. In: SOUZA, João Valdir Alves de; HENRIQUES, Márcio Simeone (Orgs.). *Vale do Jequitinhonha: Formação histórica, populações e movimentos*. Belo Horizonte: UFMG/PROEX, 2010.

SOUZA, João Valdir Alves de. *Igreja, educação e práticas culturais: a mediação religiosa no processo de produção/reprodução sociocultural na região do médio Jequitinhonha mineiro*. Tese de doutorado apresentado ao Programa De Estudos Pós-Graduados Em Educação - História, Política, Sociedade – Doutorado – Pontifícia Universidade Católica De São Paulo – PUC/SP. São Paulo: Dezembro, 2000.